



CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 29.959.459/0001-07



Na Cesce não vendemos apenas seguros de crédito. Também damos segurança à sua empresa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO)

Relatório da administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, elaborada na forma da legislação societária brasileira e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer dos auditores atuariais independentes. **Mensagem da Administração:** A CESCEBRASIL pretende manter-se como referência no mercado de seguros de Garantias, Crédito Interno e Crédito à Exportação. Em um mercado com enorme potencial de crescimento, principalmente no ramo de Seguro de Crédito, a Companhia segue inovando com produtos diferenciados do restante do mercado, os mesmos que também comercializa nos mercados da Europa e da América Latina e que tem demonstrado grande interesse por parte das empresas brasileiras e dos corretores. Com a instabilidade política dos últimos anos que levou a uma enorme crise econômica, o seguro de crédito passa a ter grande relevância para os empresários, por se tratar de uma ferramenta importante de gestão e cobertura dos riscos de crédito, ajudando a eliminar os desequilíbrios causados pela crise. O ano de 2021 foi para a CESCEBRASIL um ano de crescimento e melhora no desempenho operacional, apesar da crise econômica dos últimos anos resultante dos impactos políticos, da Covid-19 e ambiental em 2021, os prêmios emitidos cresceram 25,0% e a sinistralidade reduziu 11,8pp em comparação a 2020. A CESCEBRASIL mantém a prática de *home office*, substituindo quase que a totalidade de viagens e reuniões presenciais por encontros através de plataformas digitais de comunicação. A prática de *home office* estabelecida contribuiu e continua contribuindo para que, até o momento, não tenha ocorrido nenhum caso de óbito entre nossos colaboradores e familiares diretos. Adicionalmente, a CESCEBRASIL tem grande satisfação de informar que, no exercício, não reduziu o quadro de funcionários, realizando inclusive efetivação e contratações mesmo com a prática de *home office*. Nosso atendimento à segurados, corretores, seguradoras, resseguradoras e fornecedores continua normal em todos os nossos canais de comunicação, bem como nossos sistemas permanecem 100% operativos.

Cenário econômico e operacional: O ano de 2021 foi marcado pelo avanço na vacinação contra a Covid-19, encerrando o ano de 2021, de acordo com a Organização

Mundial da Saúde, como o segundo país com maior percentual de população vacinada entre os mais populosos do mundo, o que favorece o ambiente de negócios no país. Os juros Selic atingiram a 9,25% a.a. para conter a alta da inflação, que encerrou 2021 bem acima da meta (IPCA de 10,06% em 2021), que auxilia na retomada de investimentos em aplicações de renda fixa. Este cenário de aumento da taxa Selic atrai os investidores estrangeiros do mercado brasileiro e uma outra consequência é o arrefecimento do dólar. A inflação (IPCA) acumulou 10,06% em 2021, acima da meta de 5,25% devido, principalmente, ao setor de transportes que teve o maior peso no resultado do ano (4,19pp), seguido por habitação (2,05pp) e alimentação (1,68pp) que juntos representaram cerca de 79% do IPCA de 2021. **Desempenho financeiro e operacional:** No exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, a Seguradora atingiu uma receita de Prêmios Emitidos de R\$ 69,0 milhões, aumento de 25,0% em comparação aos R\$ 55,2 milhões emitidos em 2020, principalmente no ramo de Crédito Interno que teve um aumento de 50,0% em relação ao ano anterior, devido ao aumento no volume de vendas/faturamentos declarados pelos nossos segurados. Os Prêmios Ganhos, brutos de resseguro, atingiram R\$ 65,9 milhões, aumento de 29,5% em relação ao ano anterior. A sinistralidade ficou em 13,5%, 11,8pp melhor que no ano anterior, sendo que nos ramos de Crédito a redução foi de 15,7pp, quando comparado com a sinistralidade do ano anterior, grande parte dessa redução se deve ao controle no processo de aceitação de riscos e aos ressarcimentos, apesar dos impactos relacionados a Covid-19 que afetou os negócios de vários setores no Brasil e no exterior. O comissionamento teve uma pequena redução de 0,5pp, atingindo 12,7%, em consequência do mix de carteira, com essas variações, a Companhia encerrou o exercício de 2021 com um lucro líquido após os impostos de R\$ 1.999 mil. Os investimentos estão sendo realizados dentro da política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração e pela matriz espanhola, sendo que a capacidade financeira está condizente com as normas legais e regulamentares previstas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A melhoria constante na nossa estrutura de auditoria interna, controles internos e procedimentos de *compliance* tornam nosso processo operacional eficaz e eficiente. **Perspectivas:** Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de soluções de seguros às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais. Os nichos em que atuamos são identificados

com base em conceitos de segmentação e diferenciação. A Companhia acredita que o mercado de Seguro de Crédito ainda apresenta baixa contratação em relação ao número de empresas existentes no País e também em comparação a outros países onde esse produto já é comercializado há mais tempo, como, por exemplo, o mercado europeu. Assim, apesar da situação econômica instável, e levando em consideração que o produto é uma ferramenta para ajudar na gestão da carteira de crédito das empresas, acreditamos que exista um vasto mercado a ser explorado. **Declaração de Capacidade Financeira:** Em atenção à Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, declaramos que a avaliação e o registro contábil de títulos e valores mobiliários são realizados com base na análise e no gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros. A Seguradora em 31 de Dezembro de 2021 não possuía títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento". **Governança Corporativa:** A instância máxima de governança na Seguradora é o Conselho de Administração, que representa os controladores e determina as diretrizes estratégicas e as orientações principais para a atuação comercial, operacional e corporativa da CESCEBRASIL que são executadas pela Diretoria local. Dessa maneira, a condução das atividades operacionais tem uma gestão mais participativa entre a Diretoria, conselho e os respectivos gestores. O estatuto social da Seguradora assegura, aos Acionistas, dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do período são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovada a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Prejuízos Acumulados. **Agradecimentos:** A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio dedicados à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos	17.a, 17.c	69.019	55.222
Variações das provisões técnicas de prêmios	17.a, 17.d	(3.134)	(4.351)
Prêmios ganhos	17.a	65.885	50.871
Sinistros ocorridos	17.a, 17.e	(8.871)	(12.852)
Custos de aquisição	17.a, 17.f	(8.356)	(6.723)
Outras receitas e despesas operacionais	17.g	(2.965)	(2.562)
Resultado com resseguro	17.h	(26.574)	(16.184)
Receita com resseguro		8.899	13.769
Despesa com resseguro		(35.473)	(30.063)
Outros resultados com resseguro		-	110
Despesas administrativas	17.i	(16.806)	(13.052)
Despesas com tributos	17.j	(2.550)	(1.911)
Resultado financeiro	17.k	1.231	1.254
Resultado patrimonial		1.691	346
Resultado operacional		2.685	(813)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		17	-
Resultado antes dos impostos e participações		2.702	(813)
Imposto de renda	18	(292)	-
Contribuição social	18	(206)	-
Participações sobre o resultado	20	(205)	(73)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.999	(886)
Quantidade de ações	16.a	206.083.590	206.083.590
Lucro (prejuízo) por ação - em R\$		0,01	(0,00)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.999	(886)
Total do resultado abrangente do exercício	1.999	(886)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.999	(886)
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações		97	136
Redução ao valor recuperável dos ativos	17.g	(11)	14
Resultado de equivalência patrimonial		(1.742)	(347)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível		(17)	-
Varição do custo de aquisição diferidos		(302)	(1.459)
Varição dos ativos de resseguro		(1.781)	(4.371)
Varição das provisões técnicas - seguros e resseguros		2.110	6.889
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(2.867)	1.650
Créditos das operações com seguros e resseguros		(2.404)	(675)
Ativos de resseguro		1.016	1.663
Títulos e créditos a receber		33	98
Outros ativos		-	(36)
Créditos tributários e previdenciários		15	(41)
Outros créditos operacionais		411	9
Obrigações a pagar		3.738	824
Impostos e contribuições		504	(214)
Outras contas a pagar		(38)	13
Débitos de operações de seguros e resseguros		2.137	1.060
Depósitos de terceiros		(132)	97
Provisões técnicas - seguros e resseguros		(544)	(1.452)
Outros débitos		204	(1.165)
Caixa gerado pelas operações		2.426	1.807
Impostos sobre o lucro, pagos		(432)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.994	1.807
Atividades de investimento			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		-	7
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(404)	(36)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(404)	(29)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		1.590	1.778
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5	2.076
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5	3.666

justo de mercado. **3.2. Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; • Mantidos até o vencimento; • Disponíveis para venda; e • Empréstimos e recebíveis. A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. **3.2.1. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **3.2.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Seguradora tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **3.2.3. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor do prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável a cada data de balanço. A Seguradora não possui empréstimos

continua

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		105.504	100.307
Disponível	5	3.666	2.076
Caixa e bancos		3.666	2.076
Aplicações	6	31.236	28.369
Créditos das operações com seguros e resseguros		37.294	37.110
Prêmios a receber	7.1	31.126	31.645
Operações com seguradoras	7.1	16	-
Operações com resseguradoras	7.2	6.152	5.465
Outros créditos operacionais		43	358
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8 e 14	27.887	27.258
Títulos e créditos a receber	9	211	355
Créditos a receber		-	33
Créditos tributários e previdenciários		145	160
Outros créditos		66	162
Custos de aquisição diferidos	10	5.167	4.781
Seguros		5.167	4.781
Não circulante		31.416	27.067
Realizável a longo prazo		27.360	25.077
Créditos das operações com seguros e resseguros		11.073	8.842
Prêmios a receber	7.1	11.073	8.842
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8 e 14	12.628	12.492
Custos de aquisição diferidos	10	3.659	3.743
Seguros		3.659	3.743
Investimentos	11	3.552	1.810
Participações societárias - não financeiras		3.548	1.806
Outros investimentos		4	4
Imobilizado		504	179
Bens móveis		496	161
Outras imobilizações		8	18
Intangível		-	1
Outros intangíveis		-	1
Total do ativo		136.920	127.374

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2020	80.236	(59.261)	20.975
Prejuízo do exercício	-	(886)	(886)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.236	(60.147)	20.089
Lucro líquido do exercício	-	1.999	1.999
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.236	(58.148)	22.088

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") é uma Seguradora de capital fechado, controlada pelo Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito - CIAC (sediado em Madrid, Espanha), cujo principal acionista é o Estado Espanhol, autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional, operando nos principais centros econômicos do País e está sediada na Alameda Santos, 787, conjunto 111, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP. O Grupo CESCE é especializado na gestão integrada de risco comercial e seu principal acionista é o Estado Espanhol, tendo ainda participação acionária dos principais bancos e empresas Seguradoras da Espanha. O seu objeto social é prover seguro às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais. A Seguradora tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional, sobretudo no grupo de ramos de Riscos Financeiros: • Crédito Interno; • Crédito à Exportação; • Garantia Segurado - Setor Público; e • Garantia Segurado - Setor Privado. A Seguradora participa do Consórcio DPVAT, administrado pela Seguradora Líder, com participação de 0,98655% no Consórcio, sendo o resultado das operações contabilizadas na rubrica "Outras Receitas Operacionais". Em 24 de novembro de 2020, diante do anúncio de saída de 36 seguradoras integrantes do Consórcio DPVAT e respeitando o que segue previsto no Instrumento do Consórcio, foi realizada Assembleia das Consorciadas. Com a concordância da maioria das consorciadas participantes, a Assembleia deliberou pela dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 01 de janeiro de 2021. A extinção do Consórcio significa que estarão vedadas quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi dada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2022. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado abrangente e a demonstração dos fluxos de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Em 12 de novembro de 2021, foi emitida a Circular SUSEP nº 648, de tal forma que apenas o artigo 110 referente a demonstrações financeiras e o artigo 118 referente aos créditos tributários, entraram em vigor na data de sua publicação, as demais normas contábeis, terão efeitos a partir de 3 de janeiro de 2022. A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais, mantendo em ativo ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. **2.2. Comparabilidade:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos "CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis". **2.3. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

registrados no período de apresentação das demonstrações financeiras individuais. **3.2.5. Instrumentos financeiros derivativos:** A Seguradora não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais, nem efetuou transações com instrumentos financeiros derivativos durante o Exercício. **3.2.6. Determinação do valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora. O CPC 39 - Instrumentos financeiros, também requer a divulgação dos ativos por níveis, que estão relacionados à precificação do valor justo de cada ativo (Vide Nota Explicativa nº 6), sendo eles: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. **3.2.7. Recuperabilidade de ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. A perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor na data-base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do período. **3.2.8. Redução ao valor recuperável de ativos - Prêmios de Seguros:** A Seguradora constituiu redução do valor recuperável de prêmios a receber direto e de cessamentos aceitos através de estudo técnico baseado em histórico de cancelamentos de prêmios por inadimplência (dados a partir de 1 de janeiro de 2017) para os prêmios a receber direto e histórico de inadimplência com as seguradoras. A Seguradora atualiza/revisa este estudo técnico na data-base 31 de dezembro, quando da elaboração das demonstrações financeiras individuais. **3.2.9. Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. A Seguradora não possui ativos sem vida útil estimada. **3.3. Composição de ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados. Os passivos são compostos, basicamente, por prêmios de resseguros cedidos, líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função de ocorrências de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem, ainda, os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. Para operações com resseguradoras, a Seguradora avalia a constituição de provisões para a redução ao valor recuperável para os sinistros pagos e pendentes de recuperação de acordo com o estabelecido na Circular Susep 517/2015. A Seguradora não tem constituído provisões para a redução ao valor recuperável para os sinistros pagos e pendentes de recuperação, uma vez que as prestações de contas ocorrem trimestralmente e visto que não há histórico de inadimplência com os resseguradores. Caso seja identificada alguma chance de não recebimento, a administração da Seguradora avaliará a necessidade de se constituir uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro, considerando evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável, independentemente do prazo de 180 dias estabelecido na Circular Susep 517/2015. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada. **3.4. Investimentos:** Os investimentos em participações societárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Ativo imobilizado de uso próprio:** O custo do ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos e é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil fiscal, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **3.6. Intangível: Softwares e licenças de uso:** Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de softwares ou sistemas de informática, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática, custos de empréstimos obtidos junto a agentes financiadores e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento. Os custos com planejamento, definição de hardware, especificações de software, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que varia entre três a sete anos, a partir da data em que o sistema entra em operação. **3.7. Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **3.8. Mensuração dos contratos de seguro:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou futuras, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata temporis" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **3.9. Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelas resseguradoras. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro incluem saldos a receber de resseguradoras relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos. **3.10. Custos de aquisição diferidos:** Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **3.11. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente no caso dos impostos e contribuições ao valor calculado para pagamento e para os demais reconhecidos com base nos custos dos serviços contratados e/ou utilizados. **3.12. Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. As provisões técnicas aplicáveis à Seguradora no período de apresentação das demonstrações financeiras individuais estão assim resumidas: A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas aos riscos vigentes na data-base do cálculo. A PPNG também representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro rata dia" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes, porém não emitidos na data-base de cálculo. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora está em consonância com a Resolução CNSP Nº 321/2015 e a Circular SUSEP Nº 517/2015, e encontra-se descrita em Nota Técnica Atuarial. Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se

encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses sobre a PPNG do mês de referência. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa das indenizações devidas ou valor determinado na apólice e liquidação de sinistro. É determinada com base nos avisos de sinistros recebidos e atualizada monetariamente nos termos da legislação. Os valores a serem ressarcidos por conta do resseguro são reconhecidos simultaneamente à constituição da PSL e apresentados no ativo circulante na rubrica "Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões Técnicas". A mensuração da estimativa de PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR, que é constituído a partir de metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial baseada em critério estatístico-atuarial conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) tem como objetivo provisionar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, e é obtida através de um processo estatístico-atuarial que utiliza a experiência da seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das despesas relacionadas aos sinistros - alocadas individualmente e despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis, das "despesas avisadas, mas não liquidadas" e "despesas ocorridas e não avisadas". A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (também conhecida como "IBNR - Incurred But Not Reported") visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Seguradora. Em atendimento aos normativos vigentes, a Seguradora possui uma metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, baseada fundamentalmente na construção dos triângulos de run-off, a qual é aplicada somente ao ramo crédito interno (0748). Para os demais ramos operados pela seguradora, a provisão de IBNR é atualmente obtida através dos resultados médios observados nos testes de consistência da provisão. Cabe destacar que é realizado monitoramento trimestral da evolução da provisão e, caso constatada alguma inadequação, a Companhia tomará as devidas providências para corrigir o valor constituído, utilizando-se do critério técnico que julgar mais adequado. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos. Com base nos valores estimados no estudo do TAP de data-base 31/12/2021, a PCC é nula. **3.13. Teste de adequação dos passivos (TAP - ou "LAT"):** Conforme disposto na Circular SUSEP Nº 517/2015, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalculer o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos do grupo de Danos, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2021, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), prefixada e cambial, com base na metodologia proposta pela SUSEP usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2021 foram, em média, de 38,00%, para o ramo 0748 - Crédito Interno, e de 10,00%, para os demais ramos de Danos operacionalizados pela Seguradora. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. realizado para a data-base de 31/12/2021, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 517/2015. **3.14. Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) - Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis e veículos) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O ativo de direito de uso é substancialmente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Seguradora alterar sua avaliação se exercerá uma opção de extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O efeito nas Demonstrações Financeiras individuais da Seguradora não é material. **3.15. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo:** Compreendem os ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros de acordo com o sindicato da categoria, gratificações e benefícios não monetários. Estes benefícios são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período na medida em que são incorridos. **Benefícios por desligamento:** Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: a) por mais 30 dias com mais de 5 anos de trabalho na mesma empresa; b) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa; c) por mais 90 dias com mais de 10 anos de trabalho na mesma empresa. **3.16. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes relacionados à Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial são avaliados para provisão de perda independente do pronunciamento técnico CPC 25, mas sim utilizando-se como base o CPC 11 sobre a definição de um contrato de seguro e a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **3.17. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável conforme Lei nº 13.169/2015 e de 20% para o período de julho a dezembro de 2021 conforme Medida Provisória 1.034/2021. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base

nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação nas demonstrações financeiras individuais. A Seguradora não foi impactada com a majoração temporal da CSLL a 20% devido não ter crédito tributário diferido registrado em 31 de dezembro de 2021. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **3.18. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem as receitas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. **3.19. Participações sobre o resultado:** O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa, baseada no plano de distribuição de participações de resultados da Seguradora, homologado pelo sindicato da categoria. **4. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora está, de forma geral, exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de crédito; • Risco financeiro (mercado e liquidez); • Risco de seguro; e • Risco de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora também incorre riscos relacionados à oscilação cambial da moeda dólar americano. Em 31 de dezembro de 2021 possuía exposição líquida passiva de aproximadamente USD 139 mil (Em 31 de dezembro de 2020 exposição líquida passiva de USD 80 mil), decorrente de suas operações normais de seguros (líquidas das parcelas de resseguro) e saldo em conta corrente em moeda estrangeira. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações às normas internas e externas, dispoendo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. A Seguradora detém, em sua estrutura, políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora encontra-se exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados. A Seguradora mantém uma estrutura de Gerenciamento de Risco que mantém reporte imediato junto à Diretoria da Seguradora e com a Matriz, assim como ao Conselho de Administração e que tem como objetivo auxiliar a administração na revisão e na discussão de informações acerca do gerenciamento dos riscos empresariais, incluindo as políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, crédito, investimento, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios. **4.1. Gestão de risco de crédito:** A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Seguradora opera apenas na carteira de transporte na modalidade riscos decorridos. Para os créditos das operações com seguros e resseguros é constituída a provisão para redução ao valor recuperável conforme mencionado na Nota 7.1 e 7.2. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco, disponibilizado de forma consolidada pela BRAM (Bradesco Asset Management). A carteira de investimentos é composta, em sua maioria, por títulos públicos federais com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano equivalente à "brBB-", conforme classificação da Standard & Poor's).

		31 de dezembro de 2021			
	A-/A+/A+	BB/BB-	Sem rating (***)	Total	
Caixa	-	3.648	-	18	3.666
Bancos	-	-	-	18	18
	-	3.648	-	-	3.648
Ao valor justo por meio do resultado	-	31.236	-	-	31.236
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	31.236	-	-	31.236
Empréstimos e recebíveis	16.529	-	72.607	89.136	
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.924	-	45.443	48.367	
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (*)	13.605	-	26.910	40.515	
Outros créditos operacionais	-	-	43	43	
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	211	211	
Total do circulante e não circulante	16.529	34.884	72.625	124.038	

		31 de dezembro de 2020			
	A-/A+/A+	BB/BB-	Sem rating (***)	Total	
Caixa	-	2.062	-	14	2.076
Bancos	-	-	-	14	14
	-	2.062	-	-	2.062
Ao valor justo por meio do resultado	-	28.369	-	-	28.369
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	28.369	-	-	28.369
Empréstimos e recebíveis	15.733	-	70.682	86.415	
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.574	-	43.378	45.952	
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (*)	13.159	-	26.591	39.750	
Outros créditos operacionais	-	-	358	358	
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	355	355	
Total do circulante e não circulante	15.733	30.431	70.696	116.860	

(*) Os ratings para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (***) Os Títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos" e "créditos tributários e previdenciários". (***) Os ativos classificados na categoria "Sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais. **4.2. Gestão de riscos financeiros:** A Seguradora define risco financeiro como risco de mercado e risco de liquidez. Esses riscos surgem de posições mantidas em instrumentos financeiros, que na Seguradora são substancialmente representados por títulos de taxa fixa, com oscilações de taxa de juros. Risco de taxa de juros é o risco de mercado ao qual a Companhia está mais exposta. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos, que estão indexados à variação da SELIC. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazos. A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. A Seguradora adota a política de manter seus ativos em investimentos cuja liquidez seja imediata e que não resultem em perdas significativas. Consequentemente, a política tem o compromisso de honrar os passivos de seguros e passivos financeiros até o vencimento. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazos. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário. A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Seguradora, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Ativos						
Caixa e bancos	3.666	-	-	2.076	-	-
Títulos de renda fixa	9.894	5.218	16.124	18.636	3.094	6.639
Prêmios a receber	31.126	4.529	6.544	31.645	4.599	4.243
Créditos das operações com seguros e resseguros	6.168	-	-	5.465	-	-
Ativos de resseguros	27.887	6.659	5.969	27.258	6.173	6.319
Títulos e créditos a receber	211	-	-	355	-	-
Custos de aquisição diferidos	5.167	1.987	1.672	4.781	1.823	1.920
Outros créditos operacionais	43	-	-	358	-	-
Total dos ativos	84.162	18.393	30.309	90.574	15.689	19.121

continua★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCERBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

★ continuação

	31/12/2021			31/12/2020		
	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	5.986	–	1.733	2.716	–	1.231
Comissões a pagar	3.284	417	198	3.686	891	980
Débitos das operações com seguros e resseguros	25.951	7.656	989	25.083	2.991	2.757
Prêmios a restituir	32	–	–	2	–	–
Provisões técnicas de seguros	48.262	10.475	9.450	47.213	9.744	9.664
Depósito de terceiros	22	–	–	154	–	–
Outros débitos	257	–	120	–	–	173
Total dos passivos	83.794	18.548	12.490	78.854	13.626	14.805

Os títulos de renda fixa incluem R\$31.236 (2020 - R\$28.369) de Títulos Públicos (Letras Financeiras do Tesouro) que possuem liquidez imediata. As provisões técnicas registradas em curto prazo estão suficientemente cobertas pelos títulos públicos, conforme mencionado na Nota 14.3. A Seguradora mantém os títulos públicos com vencimentos superiores a 365 dias, porém estão classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", podendo ser resgatados a qualquer momento para cumprir com os compromissos de curto prazo. A política de gestão de riscos financeiros tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. A Seguradora optou por minimizar o risco de crédito das contrapartes, pela escolha de ativos de baixíssimo risco, sendo que atualmente a carteira de investimentos é basicamente composta por títulos públicos federais e fundos de investimentos que aplicam em títulos públicos federais. A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Seguradora. O impacto apresentado é uma combinação das variáveis taxa de juros e inflação. 4.2.1. **Análise de sensibilidade financeira da Seguradora:**

31 de dezembro de 2021	Valorização em 2,0% na SELIC/CDI		Desvalorização em 2,0% na SELIC/CDI	
	Impacto no Resultado	Patrim. Líquido	Impacto no Resultado	Patrim. Líquido
Título				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	619	372	(619)	(372)
Total	619	372	(619)	(372)

31 de dezembro de 2020	Valorização em 0,25% na SELIC/CDI		Desvalorização em 0,25% na SELIC/CDI	
	Impacto no Resultado	Patrim. Líquido	Impacto no Resultado	Patrim. Líquido
Título				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	71	43	(71)	(43)
Total	71	43	(71)	(43)

Os resultados destas análises são utilizados para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e a Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. 4.3. **Gestão do risco de seguro:** Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o de risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A Administração da Seguradora age ativamente sobre a gestão dos passivos de contratos de seguros, definindo políticas operacionais e efetuando análises de situações que exigem alto grau de julgamento acerca da liquidação de sinistros específicos e sobre a avaliação dos saldos provisionados para fazer frente aos passivos de contratos de seguros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de qualidade, de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria. • **Segmento de seguros de garantias:** O seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixada na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, adiantamentos, inexecução dentro do prazo acordado, fornecimento e prestação de serviços, até o valor da garantia fixado na apólice. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro, os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 80 da Lei nº 8.666/93. A avaliação dos riscos no seguro garantia consiste na avaliação do tomador, exigindo que esse não apresente problemas financeiros no presente e no futuro para cumprir com suas obrigações de execução ou pagamento. Em todas as avaliações são observadas capacidade patrimonial e de geração de lucros, a liquidez e solvência dos tomadores. A avaliação é realizada com base nos dados mantidos pela Seguradora os quais foram obtidos através de diferentes fontes de informações, tais como agências de informações, bancos, câmaras de comércio, informações gerais do mercado, etc. • **Segmento de seguros de crédito:** A gestão dos limites de crédito concedidos é realizada através da análise das informações constantes em base de dados e informações da Seguradora, sendo que os principais focos da avaliação são: liquidez, solvência, risco moral/reputacional e capacidade de geração de resultado. As informações são obtidas através de agências de informações, câmaras de comércio e informações gerais, sendo que a Seguradora monitora a posição desses devedores e tomadores periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira atualizada está adequada para a manutenção dos limites concedidos. A capacidade financeira dos segurados/tomadores é reavaliada periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira não se deteriorou de forma significativa desde a emissão dos limites de créditos vigentes. O quadro abaixo demonstra a segmentação dos prêmios de seguros das carteiras, por percentual ressegurado:

	31 de dezembro de 2021			
	Prêmios emitidos líquidos	Parcela resseg.	Prêmios retidos	% Prêmios retidos pela Seguradora
Composição por segmento				
Crédito Interno	36.053	(23.266)	12.787	35,5%
Crédito a Exportação	13.922	(9.552)	4.370	31,4%
Garantia-Segurado Setor Público	18.254	(17.697)	557	3,1%
Garantia-Segurado Setor Privado	790	(763)	27	3,4%
Total	69.019	(51.278)	17.741	25,7%

Títulos	Nível	31 de dezembro de 2021			Valor contábil/ mercado	Valor de Curva	%
		De 1 a 90 dias	De 181 a 365 dias	acima de 365 dias			
Ao valor justo por meio do resultado							
Letras financeiras do tesouro - LFT (Selic) (*)	1	5.885	4.009	21.342	–	31.236	
Total		5.885	4.009	21.342	–	31.236	

Títulos	Nível	31 de dezembro de 2020			Valor contábil/ mercado	Valor de Curva	%
		De 1 a 90 dias	De 181 a 365 dias	acima de 365 dias			
Ao valor justo por meio do resultado							
Letras financeiras do tesouro - LFT (Selic) (*)	1	1.678	16.958	9.733	–	28.369	
Total		1.678	16.958	9.733	–	28.369	

(*) O valor de mercado dos títulos públicos, classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, informado pela Anbima, por meio do seu site. Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não havia contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Seguradora. b) **Movimentação das aplicações**

Títulos	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2021
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	28.369	28.881	(27.400)	1.386	31.236
Total dos ativos	28.369	28.881	(27.400)	1.386	31.236

Títulos	Saldo em 31/12/2019	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2020
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	29.020	19.901	(21.346)	794	28.369
Letras financeiras - LF	999	–	(1.003)	4	–
Total dos ativos	30.019	19.901	(22.349)	798	28.369

7. **Créditos das operações com seguros e resseguros:** 7.1. **Prêmios a receber e operações com seguradoras:** Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito e estão apresentados líquidos da provisão para perda ao valor recuperável. a) **Composição dos prêmios a receber por ramo de seguro:**

Ramo	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável
Crédito Interno	2	16.200	(242)	15.958
Crédito a Exportação	2	7.341	–	7.341
Garantia-Segurado Setor Público	1	18.854	(4)	18.850
Garantia-Segurado Setor Privado	1	50	–	50
Total	42.445	(246)	40.987	(500)

6. **Composição dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito):** O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 1º de janeiro a 31 de dezembro:

Ramo	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável
Crédito Interno	2	16.200	(242)	15.958
Crédito a Exportação	2	7.341	–	7.341
Garantia-Segurado Setor Público	1	18.854	(4)	18.850
Garantia-Segurado Setor Privado	1	50	–	50
Total	42.445	(246)	40.987	(500)

6. **Composição dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito):** O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 1º de janeiro a 31 de dezembro:

Ramo	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável
Crédito Interno	2	16.200	(242)	15.958
Crédito a Exportação	2	7.341	–	7.341
Garantia-Segurado Setor Público	1	18.854	(4)	18.850
Garantia-Segurado Setor Privado	1	50	–	50
Total	42.445	(246)	40.987	(500)

6. **Composição dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito):** O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 1º de janeiro a 31 de dezembro:

Ramo	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável
Crédito Interno	2	16.200	(242)	15.958
Crédito a Exportação	2	7.341	–	7.341
Garantia-Segurado Setor Público	1	18.854	(4)	18.850
Garantia-Segurado Setor Privado	1	50	–	50
Total	42.445	(246)	40.987	(500)

31 de dezembro de 2020

Prêmios emitidos líquidos	Parcela resseg.	Prêmios retidos	% Prêmios retidos pela Seguradora	
24.102	(15.918)	8.184	34,0%	
14.887	(9.502)	5.385	36,2%	
14.866	(15.320)	(454)	-3,1%	
1.367	(1.564)	(197)	-14,4%	
Total	55.222	(42.304)	12.918	23,4%

O quadro abaixo demonstra como os prêmios emitidos estão distribuídos por região:

Composição por segmento	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Sul	Sudeste	Total Geral	Sul	Sudeste	Total Geral
Crédito Interno	6.366	29.687	36.053	6.366	29.687	36.053
Crédito a Exportação	3.980	9.942	13.922	3.980	9.942	13.922
Garantia-Segurado Setor Público	236	18.018	18.254	236	18.018	18.254
Garantia-Segurado Setor Privado	1	789	790	1	789	790
Total	10.583	58.436	69.019	10.583	58.436	69.019

Composição por segmento	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2020		
	Sul	Sudeste	Total Geral	Sul	Sudeste	Total Geral
Crédito Interno	4.427	19.675	24.102	4.427	19.675	24.102
Crédito a Exportação	3.721	11.166	14.887	3.721	11.166	14.887
Garantia-Segurado Setor Público	226	14.640	14.866	226	14.640	14.866
Garantia-Segurado Setor Privado	–	1.367	1.367	–	1.367	1.367
Total	8.374	46.848	55.222	8.374	46.848	55.222

4.3.1. **Análise de sensibilidade - sinistros:** O quadro abaixo demonstra os impactos no patrimônio líquido e resultado, decorrentes de uma piora e/ou melhora nos sinistros ocorridos na Seguradora:

	31 de dezembro de 2021			
	Piora	Melhora	Piora	Melhora
Prêmios ganhos				
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	65.885	65.885	65.885	65.885
Índice de sinistralidade	(9.758)	(10.645)	(7.984)	(8.427)
Impacto no PL e no resultado (bruto)	14,8%	16,2%	12,1%	12,8%
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(887)	(1.774)	887	444
	(532)	(1.065)	532	266

	31 de dezembro de 2020			
	Piora	Melhora	Piora	Melhora
Prêmios ganhos				
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	50.871	50.871	50.871	50.871
Índice de sinistralidade	(14.137)	(15.422)	(11.567)	(12.209)
Impacto no PL e no resultado (bruto)	27,8%	30,3%	22,7%	24,0%
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(1.285)	(2.570)	1.285	643
	(771)	(1.542)	771	386

	31 de dezembro de 2021			
	Piora	Melhora	Piora	Melhora
Prêmios ganhos				
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	17.377	17.377	17.377	17.377
Índice de sinistralidade	(3.703)	(4.039)	(3.029)	(3.198)
Impacto no PL e no resultado (bruto)	21,3%	23,2%	17,4%	18,4%
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(202)	(404)	202	101

Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade anteriormente apresentadas não são lineares, pois que impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade de não levam em consideração que os ativos e os passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida em que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. 4.4. **Gestão de risco de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras será o maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora executa a gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico e comitês de planejamento financeiro e orçamentário. O capital adicional para risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, são calculados conforme definido em normas e legislações vigentes, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados. Visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, como demonstrado na Nota 16 c. 5. **Disponível:**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Redução ao valor recuperável
Caixa	18	–	18	–
Bancos	3.648	2.062	3.648	2.062
Caixa e bancos	3.666	2.076	3.666	2.076

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Seguradora não detinha nenhum item de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa dados como garantias a terceiros. 6. **Aplicações:** a) A composição e hierarquia das aplicações financeiras estão representadas no quadro abaixo:

Títulos	Nível	31 de dezembro de 2021			Valor contábil/ mercado	Valor de Curva	%
		De 1 a 90 dias	De 181 a 365 dias	acima de 365 dias			
Ao valor justo por meio do resultado							
Letras financeiras do tesouro - LFT (Selic) (*)	1	5.885	4.009	21.342	–	31.236	
Total		5.885	4.009	21.342	–	31.236	

Títulos	Nível	31 de dezembro de		
---------	-------	-------------------	--	--

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

13. Operações com Resseguradoras: Compreendem, substancialmente, os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro a seguir apresenta a composição dos saldos de prêmios cedidos a liquidar, líquidos das comissões:

Evento	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Local	Admi- tida	Even- tual	Local	Admi- tida	Even- tual
Prêmios	24.128	7.348	2 31.478	20.581	8.261	3 28.845
Sinistros - ressarcimentos	284	167	- 451	764	417	- 1.181
Total	24.412	7.515	2 31.929	21.345	8.678	3 30.026
Circulante			24.764			24.278
Não circulante			7.165			5.748

14.1. Movimentação das provisões técnicas:

Saldo em 31/12/2020	31/12/2021
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos	68.729
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(65.419)
(+) Sinistros avisados	-
(+/-) Ajuste de estimativa/atualização monetária	-
(-) Pagamento de sinistros	-
Saldo em 31/12/2021	49.557

Saldo em 31/12/2019

Saldo em 31/12/2019	31/12/2020
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos	57.595
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(51.143)
(+) Sinistros avisados	-
(+/-) Ajuste de estimativa/atualização monetária	-
(-) Pagamento de sinistros	-
Saldo em 31/12/2020	46.247

14.2. Tabela de desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo demonstram a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme obtemos informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados.

a) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro

Incorrido (+) IBNR	Anterior	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
Até a data-base		29.147	24.003	20.776	17.593	18.568	16.821	
Um ano mais tarde		24.487	23.025	23.451	17.835	14.383	-	
Dois anos mais tarde		24.357	23.056	23.605	17.866	-	-	
Três anos mais tarde		24.304	23.061	23.737	-	-	-	
Quatro anos mais tarde		24.192	23.069	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde		24.224	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2021		24.224	23.069	23.737	17.866	14.383	16.821	
Pago acumulado		dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
Até a data-base		(12.815)	(11.309)	(8.277)	(9.099)	(8.462)	(8.087)	
Um ano mais tarde		(23.728)	(23.279)	(23.504)	(17.813)	(14.425)	-	
Dois anos mais tarde		(23.819)	(23.306)	(23.783)	(17.963)	-	-	
Três anos mais tarde		(23.877)	(23.316)	(23.883)	-	-	-	
Quatro anos mais tarde		(23.930)	(23.323)	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde		(23.951)	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2021		(23.951)	(23.323)	(23.883)	(17.963)	(14.425)	(8.087)	
Atualização monetária e juros		(194)	255	283	646	169	94	
Provisão em 31/12/2021	2.015	79	1	137	549	127	8.828	11.736
Sobra/Falta acumulada		4.923	934	(2.961)	(273)	4.185		
Sobra/Falta acumulada (%)		20,32%	4,05%	-12,47%	-1,53%	29,10%		
Provisão total em 31/12/2021								11.736

b) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro:

Incorrido (+) IBNR	Anterior	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
Até a data-base		8.588	7.189	7.287	6.390	6.852	6.243	
Um ano mais tarde		7.121	6.897	8.095	6.467	5.319	-	
Dois anos mais tarde		7.068	6.906	8.148	6.487	-	-	
Três anos mais tarde		7.064	6.908	8.190	-	-	-	
Quatro anos mais tarde		7.049	6.918	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde		7.052	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2021		7.052	6.918	8.190	6.487	5.319	6.243	
Pago acumulado		dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	Total
Até a data-base		(3.692)	(3.393)	(2.647)	(3.327)	(3.130)	(2.992)	
Um ano mais tarde		(6.939)	(6.989)	(8.107)	(6.533)	(5.336)	-	
Dois anos mais tarde		(6.963)	(6.997)	(8.208)	(6.588)	-	-	
Três anos mais tarde		(6.974)	(7.000)	(8.240)	-	-	-	
Quatro anos mais tarde		(6.983)	(7.010)	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde		(6.984)	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2021		(6.984)	(7.010)	(8.240)	(6.588)	(5.336)	(2.992)	
Atualização monetária e juros		(57)	92	89	266	62	35	
Provisão em 31/12/2021	328	11	-	39	165	45	3.286	3.874
Sobra/Falta acumulada		1.536	271	(903)	(97)	1.533		
Sobra/Falta acumulada (%)		21,78%	3,92%	-11,03%	-1,50%	28,82%		
Provisão total em 31/12/2021								3.874

14.3. Cobertura das provisões técnicas:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	68.187	66.621
Parcela ressegurada (20.935)	(20.935)	(23.315)
Custo de aquisição diferidos (3.338)	(3.338)	(3.428)
Direitos creditórios (31.635)	(31.635)	(30.629)
Total a ser coberto	12.279	9.249
Bens oferecidos em cobertura		
Títulos públicos federais - LFT	31.236	28.369
Suficiência - R\$	18.957	19.120
Suficiência - %	154,39%	206,73%
Capital de risco* (vide nota 16-c)	6.121	4.889
20% sobre Capital de risco	1.224	978
Liquidez em relação ao Capital de risco	17.733	18.142

(*) A Seguradora até 31 de dezembro de 2021 calculou o Capital de risco conforme Anexo V da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução nº 432/2021 considerando o efeito redutor da correlação entre os riscos de crédito, operacional, subscrição e de mercado, bem como manteve o critério de liquidez em relação ao Capital de Risco.

15. Passivos contingentes: A Seguradora possui processos de sinistros em fase inicial de demanda judicial registrados na conta "Sinistros a liquidar judiciais" no montante de R\$ 213 (2020 - R\$ 180), líquidos de cosseguros. Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de negativa de pagamento de indenizações oriundas de itens não cobertos em apólice e/ou discordância em relação ao valor indenizado. Em 2021 a Seguradora constituiu provisão para processo judicial cível no valor de R\$257 na rubrica "Outros Débitos", em razão da alteração da probabilidade de perda para "provável", ocasionada por Acórdão proferido em dezembro de 2021, que reverteu em parte a sentença de primeiro grau, que fora integralmente favorável à Seguradora. a) Saldo dos passivos contingentes: Mediante as análises de cada processo, pelo nosso consultor jurídico responsável, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma:

I - Relacionadas a sinistros:

Classificação	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Provável	1	213	1	180
Possível	6	20.383	4	1.921
Remota	21	29.413	20	41.887
Total	28	50.009	25	43.988

II - Não relacionadas a sinistros - Cíveis:

Classificação	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Provável	1	257	-	-
Possível	1	63.597	1	54.539
Remota	2	493	4	769
Total	4	64.347	5	55.308

A Seguradora é parte em discussões judiciais de natureza cível e em processos administrativos, avaliados pelos assessores jurídicos da Seguradora com probabilidades de perda possível e remota, motivo pelo qual não há provisão constituída. A discussão no processo em que a Seguradora é ré possui valor em risco, estimado pela Administração de aproximadamente R\$ 64 milhões. Em dezembro de 2020 foi proferida sentença de primeira instância do processo cível em que o Autor pleiteia a condenação da Seguradora em danos emergentes, lucros cessantes e danos morais relativo a uma proposta de seguro garantia. A referida decisão foi de parcial procedência, absolvendo integralmente a Seguradora com relação aos lucros cessantes e danos morais e a condenando aos danos emergentes. Contudo, tendo em vista diversas incongruências observadas na aludida decisão pelo assessor jurídico da Seguradora e referendadas pela Administração, a Companhia opôs Embargos de Declaração e, recorreu ao Tribunal de Justiça para a reversão do feito. Em razão da referida decisão, a probabilidade passou de perda remota para possível, de acordo com a estimativa do assessor jurídico da Seguradora responsável pela ação. Adicionalmente, obtivemos uma segunda opinião emitida por um escritório de advocacia igualmente renomado, que confirmou as chances de êxito da Seguradora como possíveis, motivo pelo qual confirmou-se o entendimento de não haver que se constituir provisão. Por fim, cabe ressaltar que os Controladores, no curso normal de suas operações, formalizaram compromissos no sentido de que, na hipótese de uma conclusão desfavorável das discussões judiciais em curso, darão suporte à manutenção de suas atividades.

14. Provisões técnicas:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Ativo de Valor líquido	Bruto de resseguro	Ativo de Valor líquido
Provisão de prêmios não ganhos	49.557	(29.658)	19.899	46.247
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	6.894	(2.995)	3.899	6.878
Sinistros a liquidar	5.569	(3.560)	2.009	6.800
Provisão de IBNR	4.037	(2.527)	1.510	4.995
Provisão despesas relacionadas	2.130	(1.775)	355	1.701
Circulante	68.187	(40.515)	27.672	66.621
Não circulante	48.262	(27.887)	47.213	(39.750)
	19.925	(12.628)	19.408	(12.492)

(*) vide nota 8

Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Total	
						dez/16
46.247	6.878	6.800	1.701	4.995	66.621	
68.729	291	-	-	-	69.020	
(65.419)	(275)	-	-	-	(65.694)	
-	-	27.551	512	-	28.063	
-	-	(14.830)	319	(958)	(15.469)	
-	-	(13.952)	(402)	-	(14.354)	
49.557	6.894	5.569	2.130	4.037	68.187	
39.795	9.023	7.110	1.494	3.762	61.184	
57.595	(2.373)	-	-	-	55.222	
(51.143)	228	-	-	-	(50.915)	
-	-	45.188	1.265	-	46.453	
-	-	(28.453)	(258)	1.233	(27.478)	
-	-	(17.045)	(800)	-	(17.845)	
46.247	6.878	6.800	1.701	4.995	66.621	

b) Movimentação dos passivos contingentes:

I - Relacionadas a sinistros:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	180	1.285
(-) Pagamentos efetuados	-	-
(+/-) Constituições/Ajuste de estimativa	33	(1.107)
(+/-) Atualização monetária/variação cambial	-	2
Saldo final em 31 de dezembro	213	180

II - Não relacionadas a sinistros:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	-	1.125
(-) Pagamentos efetuados	-	(1.100)
(+/-) Constituições/Ajuste de estimativa	257	(223)
(+/-) Atualização monetária/variação cambial	-	198
Saldo final em 31 de dezembro	257	-

16. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 80.236 em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, sendo representado por 206.083.590 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas:

	31/12/2021	31/12/2020
Consórcio Internacional de Asseguradores de Crédito - CIAC	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%

b) Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não foram constituídas reservas legal e dividendos devido a Seguradora ainda apresentar prejuízos acumulados. c) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), adequação de capital e Capital Mínimo Requerido: Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução nº 432/2021), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1, b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. Os dados de 31 de dezembro de 2020 estão sendo apresentados conforme requerimentos da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16.

Patrimônio Líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Participações societárias	22.088	20.089
Ativos intangíveis	(3.548)	(1.806)
Obras de arte	-	(1)
(a) Patrimônio líquido após ajustes contábeis (subtotal)	18.536	18.278
Superavit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	-	-
(b) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	-
PLA - nível I (*)	18.536	-
PLA - nível II	-	-
PLA - nível III	-	-
(c) Subtotal PLA - nível	18.536	18.536
Limitador CMR - PLA nível I	18.536	-
Limitador CMR - PLA nível II	-	-
Limitador CMR - PLA nível III	-	-
(d) Subtotal PLA - limitador	18.536	18.536
(e) Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e	-	-
PLA de nível 3 (d - c)	-	-
(f) PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos + ajustes do excesso de PLA de nível 2 e 3 (a + b + e)	18.536	18.278
Capital mínimo requerido (CMR)	8.100	

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

Munich RE (*) - Acionista Indireta, possuidora de 15,04% da CIAC (controladora da Seguradora). As transações envolvem operações de resseguros. i. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Conforme CPC 33 "Benefícios a empregados", os benefícios de curto prazo providos às pessoas-chaves da Administração foi de R\$ 1.814 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.857 em 2020), que incluem proventos, encargos sociais, gratificações (PLR e bônus) e demais benefícios. A Seguradora não patrocina planos de previdência complementar e não possui remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

20. Política de participação nos resultados: A Seguradora não possui uma política interna para o programa de participação nos lucros ou resultado de que trata a Lei nº 10.101/2000, e utiliza a regra conforme estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho específica sobre Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização em 2020, do Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo, cuja despesa é contabilizada na rubrica do resultado - Participações sobre o resultado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	ATUÁRIO	CONTADOR
José Américo Peón de Sá - Presidente Jaime de Miguel Muñoz - Vice-Presidente Rafael Garcia Sanz - Conselheiro Alejandro Cabrera Roldan - Conselheiro Manuel Fernando Antunes Alves - Conselheiro	Cristina Rocco Salazar - Diretora-Presidente Mario Yokoo Eguti - Diretor Financeiro	Ricardo César Pessoa MIBA 1076	Mario Yokoo Eguti CRC 1SP253570/O-3

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.** - São Paulo - SP **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras individuais e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras individuais e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas

e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras individuais e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras individuais e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022	
Joel Garcia	
Atuário MIBA 1131	
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.	
CIBA 48	
CNPJ: 02.668.801/0001-55	
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.	
04711-904	
São Paulo - SP - Brasil	
Anexo I	
CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.	
<i>(Em milhares de Reais)</i>	
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2021
Total de provisões técnicas	68.187
Total de ativos de resseguro	40.515
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	6.152
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2021
Provisões Técnicas auditadas (a)	68.187
Valores redutores auditados (b)	55.908
Total a ser coberto (a-b)	12.279
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2021
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	6.121
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	8.100
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2021
Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)	18.536
Ajustes Econômicos do PLA	-
Exigência de Capital (CMR) (b)	8.100
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	10.436
Ativos Garantidores (d)	31.236
Total a ser Coberto (e)	12.279
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	18.957
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2021
0739, 0740, 0745, 0747, 0748, 0749, 0750, 0775, 0776, 0819, 0859, 0860	959

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais,

a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras individuais. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras individuais: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras individuais com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras individuais são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras individuais. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como

um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras individuais como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia, a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador - CRC 1 SP252419/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadon.estadao.com.br/publicacoes/>